

## **Vendedores de frutas: tradição cultural e/ou necessidade de sobrevivência na cidade de São Paulo (1889-1930)**

ISABELA DO CARMO CAMARGO<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objeto de estudo os vendedores de frutas e verduras no período de 1889-1930, quando ocorreram grandes mudanças políticas e econômicas no Brasil (abolição da escravidão e proclamação da república). A mudança de uma forma de trabalho escravo para o assalariado é, a nosso ver, um fenômeno essencial para entender as relações entre trabalho formal e informal, e, conseqüentemente, os preconceitos por parte da sociedade burguesa em relação aos trabalhadores “informais”, que estão sempre buscando maneiras de sobreviver. A partir de análises interpretativas das fontes e bibliografias em que possam aparecer vendedores de frutas, procuraremos compreender o papel deles dentro desse quadro moderno e urbano que está surgindo, em que são comerciantes e abastecedores de gêneros de primeira necessidade. Além disso, pretende-se analisar as possíveis políticas de regularização (formalização) de suas atividades como vendedores ambulantes. Daremos atenção especial ao aspecto cultural desse tipo de atividade, ou seja, como o trabalho de vendedor de frutas pode ter um caráter de identidade cultural, tanto num sentido de herança rural (agricultura), como também no aspecto de resistência ou negociação em relação ao novo modelo econômico, político e cultural burguês, em que o padrão de trabalhador é o operário assalariado e disciplinado, modelo diverso do trabalhador pobre brasileiro, que apesar das dificuldades tem autonomia.

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. Mestranda em História.

## **Introdução**

O final do século XIX e o início do XX foram marcados por grandes transformações no Brasil e especialmente na cidade de São Paulo. No que tange às questões políticas, houve dois acontecimentos históricos que mudaram a configuração política, social, econômica e cultural do país. Trata-se da abolição da escravidão em 1888 e da Proclamação da República em 1889. Apesar de certas limitações que caracterizam esses dois acontecimentos, (de uma maneira geral, o fim da escravidão não significou uma inserção do negro na sociedade brasileira, e, no caso da Proclamação da República, esta teve seus limites políticos em relação à participação real de grande parte da sociedade brasileira, que continuou à margem da esfera política), não há como ignorar mudanças significativas de ordem estrutural, já que concomitantemente a esses importantes marcos da história brasileira emerge um modelo liberal burguês, de trabalho assalariado e de uma nova cultura burguesa inspirada na Europa.

As mudanças ocorridas na cidade de São Paulo, mas também em outras cidades, como o Rio de Janeiro, dizem respeito substancialmente ao processo de urbanização e posteriormente de industrialização das cidades. Essas transformações estavam ligadas e se inspiravam na urbanização burguesa européia, principalmente francesa. Há um esforço em modernizar o centro da cidade com o objetivo de romper com a velha organização colonial, considerada pelos republicanos e cafeicultores como arcaica, atrasada, primitiva, e que deveria, portanto, ser combatida para que o país alcançasse um nível de civilização comparável ao das nações européias. Nesse sentido é preciso ressaltar a política brasileira, principalmente paulista, de incentivo a imigração de italianos, espanhóis, portugueses, para substituir a mão-de-obra escrava, pois consideravam os imigrantes avançados, superiores em relação aos outros povos. Havia um discurso ideológico desde o século XVIII na Europa, que defendia e se articulava no sentido de levar o progresso e a civilização aos povos atrasados. Nesse sentido, os povos das Américas e da África estavam destinados a seguir o modelo cultural, político, social e econômico daqueles que, possuíam a razão, a ciência, o progresso e a civilidade.

Todavia, para além da questão política e cultural a ser trilhada em direção ao progresso, o veículo motivador do crescimento e da urbanização da cidade de São Paulo foi a produção em grande escala do café, entendido pelos estudiosos como o produto mais importante do período nas regiões entre Rio de Janeiro e São Paulo<sup>2</sup>. Com os melhoramentos urbanos, foi possível que os grandes cafeicultores se transferissem para a cidade, formando assim uma elite cafeeira urbana. Com a transferência das famílias do café para o meio urbano, houve um processo de reorganização da cidade, mudanças de caráter modernizante, como a construção de palacetes baseada em modelos arquitetônicos europeus, o aparecimento de novos meios de transporte urbanos, como a ferrovia. Todas essas transformações culturais fizeram com que o período ficasse conhecido como Belle Époque, tendo como paradigma o modelo francês. Nesse sentido o desenvolvimento econômico (cafeicultura) criou também novos valores, novas culturas, por isso não podemos perder de vista que não há nenhum desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento cultural.

Pensando ainda no contexto da virada do século XIX para o XX, há que se considerar como aspecto significativo para a transformação de São Paulo o processo de imigração com vistas à substituição do trabalho escravo. É preciso compreender o porquê de, ao substituir a mão-de-obra escrava pela livre, optou-se por estrangeiros europeus em detrimento dos negros ex-escravos e dos pobres nacionais. É nesse contexto de transição de uma sociedade escravista para uma sociedade de trabalhadores assalariados que nos interessa analisar os espaços de sobrevivência e de sociabilidade daqueles que, apesar de excluídos dessa nova proposta de sociedade moderna, estão presentes, mesmo que alijados dos meios oficiais de inserção. Dentro desse quadro de desclassificados, composto por sujeitos que estão à margem do trabalho assalariado do sistema capitalista, desejamos estudar especificamente uma ‘categoria’: os vendedores de frutas, verduras e legumes; tanto os que se encontram como trabalhadores informais ambulantes, como os possíveis vendedores que possam estar inseridos em mercados e feiras livres na capital.

---

<sup>2</sup> Para um melhor esclarecimento sobre a importância do café para o processo de urbanização da cidade de São Paulo, ver o trabalho da historiadora Maria Midori Deaecto, *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*, 2002.

Pensar o processo de modernização e urbanização da cidade de São Paulo é também pensar que essa modernização foi de alguma maneira imposta por certa elite econômica que queria o mais rápido possível se enquadrar nos moldes europeus. Nesse sentido, as autoridades vão elaborar programas e políticas de enquadramento e de disciplina que passarão a atuar sobre a dinâmica social<sup>3</sup>. As autoridades vão se empenhar numa homogeneização social e cultural, cujo objetivo final é que todos tenham uma cultura similar, mais próxima das formas da cultura erudita, baseada nos modelos europeus, desqualificando outras formas de manifestações e conhecimentos tradicionais. Dentro dessa “nova ordem” há também um esforço com relação à disciplina do trabalho, e esse é um dos motivos de se preferir estrangeiros ao invés de trabalhadores nacionais, pois havia um discurso de que o estrangeiro já estaria disposto a uma disciplina mais rígida de trabalho, do tempo controlado pelo relógio, enquanto o trabalhador livre nacional ainda permanecia com suas raízes de uma cultura colonial. Importante lembrar que a maioria dos imigrantes vindos para o Brasil vivia em áreas rurais na Europa.

Com essa relação não burguesa que os pobres nacionais têm com o trabalho, serão necessárias algumas medidas por parte dos poderes públicos, para lidar com a “indiferença” por parte desses brasileiros pobres. Uma das medidas tomadas foi a expulsão dos pobres do centro da cidade, que será, a partir daquele momento, o espaço dos grandes comerciantes, das grandes lojas de produtos importados. Há uma “higienização” dessas áreas da cidade; era preciso afastar, esconder essas pessoas indesejáveis para que a modernização paulistana florescesse, era preciso acabar ou ao menos esconder nossas características mais coloniais que urbanas, era preciso forjar que tudo se havia modernizado. Entretanto, o moderno é obrigado a conviver por muito tempo ainda com as heranças coloniais tão arraigadas nos brasileiros, já que esse novo modelo capitalista burguês não se aplicaria da noite para o dia. Essas mudanças e permanências do trabalho e do cotidiano na cidade demonstram uma luta, uma disputa entre a elite / poder público e os nacionais pobres por territórios e por valores culturais.

---

<sup>3</sup> Para uma melhor compreensão sobre a disciplina urbana no Brasil ver o trabalho de professora Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1895.

## **Objetivos/justificativas**

Esse trabalho tem por objetivo analisar, nesse contexto de mudança do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, como os vendedores de frutas em particular se relacionavam com essa tendência moderna que provavelmente não via com bons olhos suas atividades nas ruas, apesar da importância desses sujeitos para o abastecimento alimentício da cidade. No primeiro momento, pretende-se refletir sobre as origens dos vendedores de frutas e verduras. Num segundo momento, analisaremos de que maneira aqueles trabalhadores viveram a experiência das transformações de cunho modernizante pelas quais a cidade vinha passando, e se havia uma cultura própria advinda desse tipo de atividade.

É nosso objetivo também aferir que tipo de participação teve esses sujeitos nesse processo de modernização e urbanização, tanto no âmbito econômico (comércio, abastecimento de gêneros alimentícios), como no social e cultural. Âmbito cultural entendido tanto como uma análise da “cultura hegemônica” que as elites e as autoridades almejavam (cultura liberal burguesa), que é geralmente percebida pelos pobres paulistanos por formas de controle social por parte do Estado, com leis, disciplina, regras a serem seguidas, como também no que se refere a uma cultura popular, de resistência por parte desses sujeitos. Não uma resistência organizada em forma de sindicato, mas uma resistência ao modelo cultural e político oficial burguês. Como exemplo dessa forma de resistência, podemos citar o fato de muitos não terem se submetido ao trabalho fabril disciplinado, preferindo viver dentro de suas próprias formas de organização, apesar das dificuldades de subsistência por que passavam. Talvez seja interessante pensar esses sujeitos não apenas como marginalizados, que são, mas pensar na possibilidade de ter optado por essa forma de viver.

Trabalhar com um tema relacionado aos trabalhadores pobres nacionais é, no nosso entender, de extrema relevância, não apenas por estarmos dando vozes a sujeitos esquecidos na história, mas também porque, se pensarmos na história do Brasil, desde tempos coloniais até os dias de hoje, poderemos perceber que sempre houve

trabalhadores livres pobres, que exerciam e ainda exercem atividades ambulantes de gêneros alimentícios.

Com o fim do trabalho escravo, os ex-escravos vão aumentar a massa de homens livres pobres, que deveriam agora fazer parte da mão-de-obra assalariada. Mas o que realmente acontece é que esses sujeitos livres e pobres serão ignorados pelas autoridades do Estado. Serão vistos com preconceito pelas elites e considerados vadios, atrasados, preguiçosos, não aptos ao trabalho sistematizado e disciplinado e que deveriam, portanto, ser excluídos da cidade moderna paulistana e substituídos por imigrantes europeus. Entretanto, apesar de estarem marginalizados em relação ao sistema de trabalho assalariado, foi nesse espaço que eles viveram, se sociabilizaram dentro das possibilidades, negociaram de alguma forma sua sobrevivência, sofrendo preconceito também em relação ao tipo de atividade que praticavam. A esse respeito a autora Maria Odila afirma:

*A produção e comercialização dos gêneros alimentícios, secundários do ponto de vista do sistema econômico da grande lavoura, permaneceram estruturalmente desorganizadas, cercadas de uma aura de menosprezo social contra o doméstico, o “quitandeiro”. O preconceito social contra a organização da produção voltada para o consumo e produção dos gêneros de primeira necessidade, arraigado no próprio sistema colonial, parecia agravar-se no processo incipiente de urbanização (DIAS, 1995, p.15-16).*

Felizmente, tem aumentado significativamente o número de trabalhos sobre os trabalhadores pobres no Brasil, o que contribui grandemente para que se conheça de maneira mais efetiva a realidade dessa parcela da população brasileira que, ao longo da história do país, nunca mereceu a devida atenção – seja por parte dos governos, seja por parte dos estudiosos. Os pontos de interesse dessa nova onda de trabalhos acerca das questões sobre as quais temos nos referido aqui são bastante variados; alguns ressaltam a questão racial (JACINO, 2008), outros os pobres nacionais (SANTOS, 2008), outros, ainda, se detém sobre as mulheres pobres (DIAS, 1995), há também estudos sobre a formação do trabalho livre no Brasil e sobre o cotidiano dos trabalhadores (MATOS, 2002). Percebe-se que, entre as pesquisas realizadas sobre a temática do trabalhador pobre, há uma preocupação não apenas com os aspectos sociais e econômicos, mas

também com os culturais. Entendemos a cultura como campo de luta social, como espaço de resistência. Situamos essa interpretação nos Estudos Culturais:

*Os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais e as formações de classe (...); cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. E a cultura não é um campo autônomo, nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais. (JOHNSON, 2000, p.13)*

Se nos detivermos especificamente na análise dos vendedores de frutas, podemos dividir em até três categorias de trabalhadores: negros, caipiras e imigrantes. Os negros foram, desde o período colonial, os vendedores de frutas e quitutes. Na condição de escravo, vendiam principalmente produtos alimentícios a serviço de seus senhores, e, se fossem libertos, vendiam para sua sobrevivência. Um aspecto a ser observado e cujas consequências devem ser analisadas é que o trabalho de vendedor ambulante era menos árduo que o da lavoura. Com o fim da escravidão, os negros se viram encurralados com o novo sistema de trabalho assalariado ao qual eles foram excluídos. Não eram mais escravos, mas também não eram trabalhadores assalariados. Em *O branqueamento do trabalho* (2008), o pesquisador Jacino constata que, antes da abolição, no período de 1872 a 1890, há um número significativo de negros pobres exercendo várias funções de trabalho livre, mas que, a partir de 1890, com o incentivo à imigração européia, o negro vai perdendo espaços e sendo alijado do mercado de trabalho, devido a uma política de branqueamento da sociedade. Assim, são obrigados a se dedicarem a atividades informais e casuais, e essa situação demonstra os limites da abolição da escravidão para uma possível melhora na realidade do negro<sup>4</sup>. A sociedade idealizada pelas elites paulistas não tinha em seus planos a presença do negro, pelo menos não nas funções mais valorizadas, restando a eles apenas as ocupações subalternas.

---

<sup>4</sup> Para uma análise mais detalhada sobre os efeitos da abolição e as várias ‘abolições’ que os negros lutam para conquistar, ver *A nova abolição*, de Petrônio Domingues, 2008.

Outro personagem dessa história de vendedores de frutas é o caipira. O estudo de Antonio Candido “*Os parceiros do Rio Bonito*” (2001) é bastante esclarecedor com relação aos possíveis motivos de a cultura caipira não se ajustar facilmente ao trabalho disciplinado do meio fabril. Vejamos esse trecho de seu estudo:

*Em verdade, esse mecanismo de sobrevivência, pelo apego às formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose de sua cultura. Como já se tinha visto no seu antepassado índio, verificou-se nele certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhes foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil (CANDIDO, 2001. p.107).*

Mas esse caipira em sua maioria não conseguiu se omitir do processo de urbanização e modernização das grandes cidades e da produção capitalista industrial. Houve uma penetração nas áreas rurais e conseqüentemente o caipira se viu frente a uma variedade de bens de consumo antes ignorados e por isso mesmo, desnecessário para a cultura caipira. Nesse processo de urbanização aumenta o vínculo entre cidade e campo alterando o tempo de trabalho do agricultor, esse passa a trabalhar todos os dias com exceção do domingo. O processo de urbanização da cidade de São Paulo esteve durante todo o final do século XIX e início do XX rodeadas de sítios e chácaras, ou seja, o urbano e o rural ainda não estavam radicalmente definidos. Segundo Candido (2001), podemos dividir em três modalidades a relação desses caipiras com as novas condições de vida e de trabalho trazida pela urbanização burguesa. São elas: 1º “o caipira procura enquadrar-se ao máximo nas novas condições; 2º o que se apega a vida tradicional, procurando conciliá-la com as novas exigências presentes; 3º o que é totalmente incapaz de ajustar-se a estas.” (p.213). Esses três exemplos de ajuste a nova realidade demonstra níveis de resistência e ou incorporação em relação a uma cultura que deseja ser hegemônica. De qualquer forma, ao exercer atividades de ambulante de frutas e verduras, esse caipira mantém um “resíduo” de suas práticas culturais. Resíduo cultural segundo Raymond Willians:

*Qualquer cultura inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é profundamente variável. Eu chamaria de 'arcaico' aquilo que é totalmente reconhecido como um elemento do passado, a ser observado, examinado, ou mesmo, ocasionalmente, a ser 'revivido' de maneira consciente, de uma forma deliberadamente especializante. O que entendo pelo residual é muito diferente. O residual por definição foi efetivamente formado no passado, mas com um elemento efetivo no presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do resíduo cultural bem como social de uma instituição ou formação social e cultural anterior” (WILLIAMS, 1979, p.125)*

Para finalizar as questões referentes aos atores sociais que vendiam frutas e verduras, não podemos esquecer os imigrantes pobres que participaram dos Núcleos Coloniais, construídos pelo governo Estadual de São Paulo onde produziam e vendiam seus horti-fruti. Existe uma documentação localizada no Instituto Agrônomo de Campinas em relação a esses núcleos coloniais. MANZONI em sua dissertação de mestrado “*Os trabalhadores caipiras em mercados e feiras-livres: São Paulo (1867-1914)*” percebe significativo número de imigrantes vendedores de frutas e verduras nos mercados municipais.

Uma questão motivadora nessa pesquisa é tentar compreender como a mudança do sistema escravista para o de trabalho assalariado alterou as relações sócio-culturais tradicionais dos homens pobres, e no caso específico dos vendedores de frutas. Há alguns estudos importantes que abordam de maneira inovadora a questão da implantação do novo modelo de trabalho assalariado no Brasil e como os pobres livres se relacionam ou não com essa nova realidade. Em seu livro “*Trabalho e vadiagem*” o autor Kowarick trabalha com a questão da implantação do trabalho assalariado e nos indica que apesar de o capitalismo funcionar com a exploração da força de trabalho, isso

não significa dizer que de um dia para o outro os homens livres com tradições coloniais se enquadrariam nesse novo padrão de atividade. Segundo o autor:

*Foi preciso destruir as formas autônomas de subsistência, impedindo o acesso à propriedade de terra e aos instrumentos produtivos (...) além disso, foi também necessário proceder a um conjunto de transformações de cunho mais marcadamente cultural, para que os indivíduos despossuídos dos meios materiais de vida não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para outros. (KOWARICK, 1987. p. 10).*

É importante ressaltar que o modelo cultural burguês europeu chegou ao Brasil antes mesmo de haver de fato uma burguesia industrial, ou seja, hábitos culturais não surgidos dentro de um contexto que necessitasse de certas formas de viver, mas quase simplesmente por considerarem modelos culturais superiores, civilizados. Em “*Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*” (QUEIROZ, 1978) a autora comenta sobre a questão da industrialização de São Paulo que segundo ela só ocorreu em 1940 e que o que alguns autores chamam de urbanização e industrialização não passava de um modelo cultural: “A nosso ver, e adotando mais ou menos a linha de pesquisa de Henri Lefebvre, não se trata verdadeiramente de urbanização, e sim da difusão cultural de um gênero de vida, o gênero de vida burguês ocidental.” (QUEIROZ, 1978. p.57).

Nesse sentido, implantado esse modelo de vida burguesa, todas as outras formas de vida e de conhecimento tradicionais seriam anuladas em nome desse modelo burguês considerado superior, em que o fim seria a chegada das sociedades aos níveis de progresso que deixariam todas semelhantes. Importante ressaltar que esse desejo das elites por um trabalho assalariado fez com que elas recorressem aos imigrantes europeus, já que consideravam os pobres nacionais vagabundos, não aptos ao trabalho. Carlos José Ferreira dos Santos (2008) critica a grande produção acadêmica que tem como objeto-sujeito o imigrante italiano e ignoram os pobres nacionais, que apesar de não estarem na maioria das vezes nas fábricas, estão se articulando nesse meio urbano, procurando sobreviver às incertezas do seu cotidiano ralo. Santos fala sobre a

contradição dessa urbanização “imposta” e que não leva em consideração as escolhas e viveres da população pobre que está sempre sendo ignorada, afastada dos espaços centrais, que deve ser moderno e não arcaico, com traços tradicionais de caipiras e negros, traços que devem ser escondidos, eliminados. Mas felizmente as autoridades não conseguiram esconder sempre esses atores sociais, eles foram iluminados, por exemplo, pela análise fotográfica que Santos fez, fotografias que tinha o objetivo de registrar as transformações urbanas, mas que não conseguiu excluir os pobres das ruas, e estes aparecem nas fotografias contradizendo o ideal de modernidade desejada pela elite.

Uma questão relevante na nossa pesquisa será a política de controle social por parte do Estado. O processo de urbanização e modernização da cidade criou instituições de contenção, reeducação e disciplina no final do século XIX e início do XX. Afastar os pobres das regiões centrais era um dos objetivos das elites, devido aos problemas tipicamente oriundos das sociedades urbanas. Mas o controle social não afetava apenas os desocupados, mas também os trabalhadores formais, controle exercido principalmente pela disciplina do trabalho, além disso, havia um desejo de controle social na vida cotidiana, esse controle era feito a partir de um modelo de enquadramento também nos padrões de conduta familiar e social. Em *“Trabalho, lar e botequim”* SHALHOUB (1986) aborda a questão do controle social a partir das experiências cotidianas dos trabalhadores, tendo como fonte os processos criminais.

Para finalizar nossa justificativa, gostaríamos de ressaltar que essa pesquisa quer analisar os vendedores de frutas a partir de uma concepção também da escolha desse trabalho e não apenas da necessidade, ou seja, não pensar apenas no aspecto da marginalidade, mas também no aspecto da opção de vida e sobrevivência desses sujeitos. Uma escolha que está ligada a idéia de autonomia dessas pessoas em relação ao trabalho. Pensar na possibilidade que o trabalho dessas pessoas não estava desvinculado das tradições e costumes, já que praticavam suas tradições em meio ao expediente. Maria Inez Machado Borges Pinto trata um pouco dessa questão:

*De um modo geral, havia a coexistência entre o trabalho e a diversão e, nestes casos, fazer uma profunda distinção entre o 'trabalho' e a 'folga' soaria bastante falso. A distinção entre o trabalho e a vida não era tão clara para o homem pobre; o trabalho e a diversão estavam integrados no ritmo diário de sobrevivência do trabalhador casual. (PINTO, 1994. p.230).*

Nosso interesse é analisar e entender a dinâmica dos vendedores de frutas, contribuindo com outras pesquisas de temas relacionados aos trabalhadores pobres em geral, mas compreender especificamente um tipo de trabalhador, pensando na persistência dessa atividade que perdura ao longo da história, seja por tradições ou por necessidade de trabalho.

### **Bibliografia:**

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nova Stella – Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

COSTA, Emília Viotti Da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNSEP, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DOMINGUES. Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- GUIMARÃES, Olmária. *O papel das feiras-livres no abastecimento da cidade de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Instituto de Geografia, 1969.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora, identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- JACINO, Ramatis. *O branqueamento do trabalho*. São Paulo: Nefertiti: 2008.
- KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LUBATTI, Maria Rita da Silva. *Vendedor ambulante, profissão folclórica; pesquisas nas ruas, parques e jardins de São Paulo*. São Paulo: Escola de Folclore – Secretaria de Estado da Cultura, 1982.
- MANZONI, Francis Márcio Alves. *Os trabalhadores “caipiras” em mercados e feiras-livres: São Paulo (1867-1914)*. Dissertação de Mestrado em História, Assis: Unesp, 2004.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *Sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo (fim do século XIX – início do XX)*. São Paulo: Bienal, 1997.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairros rurais – cidades*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.